

# A “política de santo” no bairro rural do Baú do Centro<sup>1</sup>

*Heitor Frúgoli Jr. & Enrico Spaggiari*

*Universidade de São Paulo*

RESUMO: Pretende-se refletir sobre duas experiências etnográficas distintas, embora articuladas entre si, que marcam duas aproximações do contexto sociocultural de São Bento do Sapucaí, SP (na Serra da Mantiqueira, com 10,7 mil habitantes, cuja população rural sobrepuja a urbana). A primeira diz respeito a atividade inicialmente de consultoria para a confecção de um Plano Diretor para a cidade, com uma pesquisa centrada nos grupos políticos assinalados por significativas matrizes discursivas e uma agenda de desenvolvimento local monopolizada por moradores recentes (ou “de fora”). No período posterior, desenvolveu-se uma pesquisa mais detida com grupos locais, situados em bairros rurais, com práticas e representações distintas dos anteriores – em termos territorial, parental, religioso e político. Pretende-se contrapor essas duas experiências, com ênfase nos modos diferenciados através dos quais esses grupos constroem suas representações, com ênfase, no último caso, na “política de santo”.

PALAVRAS-CHAVE: bairro rural, política, religião, rural-urbano.

## **Introdução: intenção geral e reviravoltas conjunturais**

O caminho do presente artigo passa pela contraposição entre dois enfoques etnográficos distintos, embora articulados, sobre o contexto de São Bento de Sapucaí, a partir dos quais se pretende abordar o tema das

fronteiras entre as dimensões urbanas e rurais, já bastante problematizado na antropologia urbana, e recentemente abordado também no campo da ruralidade contemporânea.<sup>2</sup>

Apenas para situar, a título introdutório, algumas das referências que norteiam este artigo, busca-se praticar uma antropologia da cidade que toma a dimensão urbana não como sinônimo de modernidade (como que oposta à tradição, o que teria alicerçado, por um bom tempo, a polaridade urbano-rural), mas como contexto marcado por sínteses particulares entre o tradicional e o moderno, onde predominariam representações que tendem ao segundo pólo dessa relação (Frúgoli Jr., 2006). Dentre os vários tipos de cruzamentos processuais entre rural e urbano, já tivemos por um bom tempo enfoques sobre maneiras como migrantes do campo recriaram suas relações e modos de vida em metrópoles (Durham, 1973; Canclini, 1997); mais recentemente, várias pesquisas têm abordado a chegada de certos estilos de vida urbanos em áreas marcadamente rurais (Giuliani, 1990; Raulin, 2001). Admitindo-se, como postulam os estudos ligados à perspectiva da ruralidade, a dimensão rural como um campo de representações, marcado por múltiplos agentes, no qual, dado o caráter histórico de suas práticas, o enfrentamento dos processos atrelados à urbanização ou à modernização marcaria uma nova etapa dessa historicidade, mas não o desaparecimento de tais grupos (Carneiro, 2001), fica o desafio de *buscar compreender, etnograficamente, como o urbano e o rural (acima conceituados) se entrelaçam ou se justapõem em determinados contextos.*

Cabe, de todo modo, analisar etnograficamente como tais cruzamentos podem vir a ocorrer em contextos específicos. Parte das diferenças constatadas nos dois tipos de recortes etnográficos da presente pesquisa guarda relação com o tipo de olhar priorizado, embora tal procedimento tenha obviamente limites quanto à capacidade de definir ou “instituir” a própria realidade investigada. Assim, durante o primeiro ciclo de

observações, priorizando moradores recentes, ou “de fora”,<sup>3</sup> desenvolveu-se uma espécie de atenção conectada a uma intenção, a qual, em virtude do papel inicial de consultoria,<sup>4</sup> era também a de auxiliar certas formas de intervenção, por mais que se buscasse dosar a influência dessa dimensão na coleta dos dados, tentando contornar ao máximo o problema recorrente do peso de determinações políticas na interpretação de fenômenos socioculturais.<sup>5</sup> Dados os principais objetivos e o prazo compactos então disponíveis, outra escolha foi o contato com informantes que, naquele contexto, tivessem (preferencialmente, não exclusivamente) algum tipo de atuação comunitária e política. Isso permitiu, ao reconstituir suas trajetórias e suas visões e expectativas sobre a cidade, a circunscrição de certas matrizes discursivas locais razoavelmente elaboradas, com todos os riscos que o conjunto de tais falas acarretava, quanto à possibilidade de englobamento da interpretação pelas intenções políticas, nesse último caso, dos próprios agentes pesquisados.<sup>6</sup>

Tal pesquisa inicial resultou na reconstituição da arena em torno do (então) futuro Plano Diretor de São Bento do Sapucaí, examinando diversas representações, com distintos graus de influência, sobre seu desenvolvimento urbano e rural. Tal campo era articulado principalmente por grupos envolvidos com turismo, preservação ambiental e organização comunitária (esses últimos, sob a tutela da Igreja Católica local), cujos detalhes mais abrangentes não serão retomados (cf. Frúgoli Jr., 2006), embora questões substanciais desse contexto sejam revistas ao longo desse artigo.

Ao se retomar o campo para uma pesquisa de longo prazo, certas mudanças surpreendentes no quadro político local, ocorridas nesse meio tempo, levaram a uma retomada crítica de alguns aspectos conjunturais que tinham sido tomados de modo mais permanente ou estrutural, ainda que outros tenham se mantido, numa configuração um pouco distinta.<sup>7</sup>

Nas eleições municipais de 2004, vencera um candidato a prefeito do PFL, beneficiando-se do fato da gestão da época, baseada numa aliança entre PT (prefeito) e PSDB (vice) – possível no plano local, e abrangente em termos de apoio, embora inviável em sua continuidade, por determinações partidárias mais amplas – ter “rachado” em duas candidaturas.<sup>8</sup> Intrigava então que o candidato vitorioso não tivesse sido sequer mencionado anteriormente pela totalidade dos entrevistados. Retomando o contato com vários deles, havia uma posição recorrente de que o mesmo também teria sido eleito por causa do apoio obtido junto à juventude local,<sup>9</sup> frente à promessa de atração de uma fábrica não poluente para o município, atendendo a uma demanda geral por empregos, particularmente decisiva para que uma parcela dos segmentos juvenis não deixasse o município. Muitos jovens teriam participado ativamente da campanha eleitoral em função de tal compromisso, embora vários tenham sido remunerados.<sup>10</sup> Os relatos dos informantes revelavam, além das frustrações políticas, um quadro de desarticulação comunitária: a Incas (Inter-Ação Comunitária Sambentista), uma das associações cuja trajetória fora reconstituída, encontrava-se, segundo um deles, “na UTI”; o jornal local “Comunidade São Bento”, mantido pela Igreja Católica, que concedia espaço para uma série de organizações, voltou-se apenas ao interesses da paróquia; o Comtur (Conselho Municipal de Turismo) local, com considerável influência na definição do Plano Diretor, passava por um claro processo de esvaziamento.<sup>11</sup> Tais “narrativas da perda” produziram a sensação da realização de um mapeamento que, embora verossímil naquela conjuntura específica, dependia consideravelmente daquela gestão e mostrava-se insuficiente ou parcial para o dado então presente, embora, como já dito, certa surpresa pelas reviravoltas não fosse apenas por parte da pesquisa, mas também local.

De todo modo, a plataforma central apresentada pelo então prefeito reforçava uma agenda visível no trabalho de campo, não formulada ex-

plicitamente do ponto de vista político, mas com apelo nos grupos locais: a necessidade da “fábrica” e dos “empregos industriais”, na contramão das posições defendidas por grupos mais “de fora”, voltados ao turismo e à preservação ambiental, que defendiam basicamente o crescimento do setor de serviços turísticos, num quadro de “desenvolvimento sustentável” que preservasse o meio ambiente.<sup>12</sup> Por outro lado, o não atendimento posterior sistemático das promessas de campanha e o conseqüente isolamento do prefeito, que não morava na cidade (alguns afirmavam que ele “é como Deus: sabe-se que existe, mas não pode ser visto”), de certa forma radicalizou, no plano do poder executivo local e sob um outro arranjo, uma determinada oposição entre uma elite “de fora” e as demandas locais, pouco contempladas.

Tais constatações levaram à necessidade de pensar numa ampliação de enfoque, para uma melhor compreensão das dinâmicas socioculturais locais, dado inclusive que as condições políticas que embasavam a arena em torno do Plano Diretor estavam então (mesmo que temporariamente) dissolvidas, a não ser nas narrativas dos entrevistados. Do ponto de vista etnográfico, era também preciso ampliar os grupos contatados, em busca de sujeitos que, ao contrário de até então, não fossem a princípio caracterizados pela produção de discursos políticos tão acentuados, abrindo outras possibilidades de investigação, que exigissem um outro olhar e mesmo uma outra temporalidade para sua apreensão.

Tempos depois, foi possível participar de um ritual importante na organização comunitária e sociabilidade interbairros local: a festa religiosa de Nossa Senhora de Aparecida, no bairro do Serrano,<sup>13</sup> uma das várias do calendário religioso anual que pauta diversas localidades de São Bento. Iniciada com uma procissão que saiu de uma das capelas do núcleo urbano (a de Nossa Senhora dos Remédios), celebrando a imagem da que é considerada a “padroeira do Brasil” (tendo um pouco mais atrás, num plano hierárquico inferior, a imagem de Nossa Senhora Imaculada

Conceição, ligada à capela do bairro do Quilombo, cuja festa ocorre em dezembro), percorreu, com rezas e cânticos, alguns quilômetros até chegar ao Serrano, cuja rua principal estava decorada em branco e azul para a ocasião, quando então houve uma missa campal com aproximadamente 500 pessoas, seguida da festa que adentrou a noite, com a apresentação da banda municipal, venda de lanches, doces e refrigerantes, bingo de assados e donativos, leilão de bezerros e apresentação de um grupo musical regional.<sup>14</sup>

Dentre os aspectos assinaláveis, cabe reconstituir algo mais da conjuntura política e das relações dessa esfera com a religião. Novos contatos com ex-entrevistados pautaram-se pela dinâmica já mencionada: padre Ronaldo Melo, pároco de São Bento, relatou brevemente, antes do início da procissão, as mesmas queixas correntes sobre o então prefeito, Osmar Merise, e sua equipe, marcados, segundo ele, por “sapatos brilhantes, que faltam pisar na terra”, “um pessoal sem alma”, algo muito preocupante, já que “coração, até o diabo tem”; Benedito Mauro Vieira, conhecido por “Maurinho”, ex-secretário da Educação, ex-vereador do PT e candidato derrotado nas eleições de 2004, presente na procissão e na missa, ressaltou a preocupação com as falsas promessas do prefeito eleito; Geraldo Dias, morador do Serrano e prefeito na gestão anterior, presente por algum tempo na festa, criticou a não continuidade do Plano Diretor, mencionou uma espécie de “favelização” de algumas vielas da cidade (já que ele fornecia material de construção) e, abordado pelo vereador José Claudemir da Silva (PFL), também morador do bairro, desmentiu que se candidataria a prefeito na eleição seguinte.<sup>15</sup> No entanto, se o prefeito era visto como alguém “distante” da população local, o mesmo não podia ser dito de alguns vereadores: quase ao final da missa, o padre abençoou o conselho comunitário do bairro, que assumira excepcionalmente a condição de “festeiro”,<sup>16</sup> do qual fazia parte o já mencionado vereador Claudemir, que proferiu um breve

discurso para todos os presentes; durante o leilão de gado, quando cinco bezerros foram arrematados, numa dinâmica que envolve formas de sociabilidade, troca de informações e relações jocosas entre os participantes (com a distribuição gratuita de copos de cachaça e vinho), foi registrada a presença participativa do vereador Francisco Pereira (PV), mais conhecido por “Chico da Bolacha”.<sup>17</sup>

A continuidade da pesquisa teria que se dar num outro contexto mais apropriado, frente às limitações do campo originalmente escolhido e aos desdobramentos políticos e etnográficos do mesmo. Em outras palavras, se o primeiro recorte permitira reconstituir um conjunto significativo de atores sociais e grupos ligados principalmente a uma certa agenda “de fora” para São Bento, num contexto de fortalecimento de várias associações e organizações comunitárias, tratava-se então de realizar um exame mais detalhado de aspectos na direção de dinâmicas e agendas mais locais, ou “de dentro”, num período de relativo enfraquecimento ou rearranjo do quadro político anterior. Um contexto onde também pudesse haver uma espécie de “recomeço” do trabalho, sem a mesma “herança” tão marcada da primeira investigação.<sup>18</sup>

### **Pistas para a construção do novo contexto etnográfico**

A escolha do bairro rural do Baú do Centro como o contexto posterior de pesquisa guarda relação, além das questões sintetizadas até aqui, com observações realizadas ainda ao longo do primeiro ciclo de investigações.

Para começar, atentou-se para distintos modos de se circunscrever as fronteiras de uma localidade: enquanto moradores de uma segunda residência chamam em geral o bairro onde passam o fim de semana de Paiol ou Paiol Grande, referindo-se assim a uma região mais abrangente – tal como um bairro urbano de cidades de maior porte –, dentro dessa

mesma área, parte dos residentes locais chama seu bairro de Paiol São Pedro (ou São Pedro ou Comunidade São Pedro), referindo-se a um lugar mais circunscrito, marcada pelo santo de devoção, onde transcorre um conjunto de relações sociais. Para a população local, o Paiol Grande se divide, em última instância, em Paiol São Pedro, Paiol São Paulo e Paiol São Sebastião, a depender do núcleo em questão, algo próximo, a princípio, da clássica idéia de bairro caipira ou rural (Candido, 2001 [1964]; Queiroz, 1973).

Foi também possível perceber concepções distintas e conflituosas quanto ao tipo de expectativas de ação do poder público num mesmo local. Moradores do Paiol que são representantes de uma associação de caráter ambientalista, a AmaSãoBento,<sup>19</sup> criticaram o asfaltamento recente da estrada que liga o Paiol São Pedro ao núcleo urbano, considerando-a uma “ação contrária ao meio ambiente”, ao passo que, em conversas com alguns moradores do bairro rural citado, o apoio era considerável, pela facilitação do transporte da banana (principal fonte de renda local) e da circulação cotidiana de moradores e estudantes, principalmente em época de chuva, dado que o mesmo situa-se em região montanhosa (próxima à Pedra do Baú). Parte das críticas da AmaSãoBento à população rural local diz respeito também à ausência recorrente de fossas ou de tratamento do lixo, embora isso possa levar à noção precipitada da ausência de qualquer tipo de “ecologia nativa”.<sup>20</sup> A intuição de que isso precisaria ser melhor investigado levou ao contato inicial com Luiz Ilhéus, um senhor de 75 anos empenhado na organização comunitária e religiosa do bairro rural do Baú do Centro (situado em outra região do município, o Vale do Baú), coordenador há vários anos do Jufra-Fala, um pequeno caderno de informação comunitária da juventude franciscana local. Logo no início do primeiro exemplar, falava-se sobre a realização de um mutirão feito por moradores desse bairro e do Baú de Cima e Torto, no final dos anos 1980, para limpar



entulhos do ribeirão Baú<sup>21</sup> – como plástico, vidro, sapatos, roupas, carniça etc. –, poluído também pelo esgoto local, ou por produtos químicos das lavouras, trazidos por enxurradas (cf. *Jufra-Fala*, ano I, n. 1, jan. 1996), o que ao final propiciou até a volta de lambaris, que há muito não eram mais vistos ali.<sup>22</sup>

A disponibilidade de Luiz Ilhéus, seu impressionante estoque de memórias (muitas delas fixadas em poemas e músicas) e a organização e coleta de uma década de exemplares do informativo *Jufra-Fala* – cuja leitura permitiu um conhecimento inicial significativo de certas dinâmicas socioculturais locais – foram o ponto de partida para a investigação mais detida de um bairro rural local específico e suas dinâmicas socioculturais locais, com ênfase nas práticas e representações dos moradores sobre o espaço social e sobre a natureza.

### **Baú do Centro: dinâmicas internas, externas e a “política de santo”**

A própria descrição inicial do bairro rural enfocado – o Baú do Centro<sup>23</sup> – já possibilita adentrar nas relações deste com bairros vizinhos, baseadas em formas hierarquizadas de aproximação e afastamento, que se estabelecem sobretudo entre moradores organizados comunitariamente, por meio de distintos vínculos destes com a Igreja Católica.

Tomemos como ponto de partida aspectos recorrentes do informativo *Jufra-Fala*, de tal bairro, que foi durante anos endereçado “ao Baú do Centro, Baú de Cima e Baú do Torto”, vistos como “três comunidades irmanadas” ou por vezes como “(uma só) comunidade”. Nos números mais recentes, entretanto, o “Baú do Torto” tornou-se apenas “Torto”, sendo que depois se constatou que a denominação anterior significava uma tentativa de englobamento comunitário (a “comunidade do Baú”),

sem respaldo entre muitos moradores deste último bairro. Se pensássemos em critérios apenas geográficos, faria mais sentido a articulação do Baú do Centro com o Baú de Cima (a nordeste) e com o Baú Velho (a sudoeste, chamado por alguns de “Baú de Baixo”), já que os três situam-se no Vale do Baú; entretanto este último não conta com igreja nem salão paroquial,<sup>24</sup> impossibilitando o tipo de interlocução desejada, enquanto o Torto (situado fora do Vale do Baú, a sudeste do Baú do Centro) possui.

Portanto, o bairro do Baú do Centro (com aproximadamente 300 habitantes) e suas relações com o Baú de Cima (aprox. 250 hab.) e o Torto (aprox. 180 hab.)<sup>25</sup> vieram a constituir o núcleo etnográfico da investigação, tendo como fio condutor o modo como a organização comunitária e religiosa circunscreve relações internas a tais bairros, bem como entre esses bairros.

A programação dos rituais religiosos locais já comprova relações e continuidades entre os mesmos, já que as missas dominicais mensais costumam ocorrer na seguinte seqüência: 8h – Torto (Igreja de N. Sra. dos Remédios); 9h30 – Baú de Cima (Igreja de S. Benedito); 10h30 – Baú do Centro (Igreja de S. Sebastião);<sup>26</sup> no calendário anual religioso, há festa em setembro, no Torto, e em novembro, no Baú de Cima; no Baú do Centro, todavia, *há duas* (janeiro e setembro): a primeira dedicada a São Sebastião e a segunda, de maior expressão, a Santa Cruz, padroeira da comunidade desde pelo menos os anos 1920, que simbolicamente envolvia uma área mais vasta, antes que o Baú de Cima e o Torto tivessem suas próprias igrejas; na Semana Santa, por sua vez, são programadas atividades comuns que integram os três bairros, concentradas no Baú do Centro, que incluem, mais recentemente, procissões das imagens de N. Sra. dos Remédios (Torto) e de S. Benedito (Baú de Cima), em direção à igreja de S. Sebastião (Baú do Centro).<sup>27</sup>

Ao se assistir as missas do Baú de Cima e do Baú do Centro, ocorridas seqüencialmente numa manhã de domingo,<sup>28</sup> foi possível averiguar os distintos graus de coesão comunitária em cada um desses bairros. No Baú de Cima, ao final do ritual, que contou com a presença de 20 pessoas (cuja capela fica situada numa área sem casas ou equipamentos ao redor), Raimundo Rodrigues de Lima, ministro eucarístico local, queixou-se de estar “sozinho”, cobrando uma participação mais ativa da comunidade, como nas atividades de reza e vigília. A luta para trazer o Santíssimo (e assim abrir a igreja local, desde outubro de 2005) fora grande, mas a participação exígua da comunidade poderia ameaçar a continuidade da igreja: “a escola já fechou, o futebol já fechou e a igreja também pode fechar”. Em conversa com ele um dia antes, na presença de Luiz Ilhéus (de quem é primo), Raimundo manifestava desânimo com o trabalho de conversão, e pensava seriamente em se mudar para Campos do Jordão, onde seria mais fácil ampliar os contatos de trabalho (atualmente produz e vende malhas) e ficar mais próximo do filho. Raimundo foi vereador (1993-1996), tendo entrado na política “por Deus”: na época, as principais demandas locais eram melhorias na estrada de terra, posto de saúde (há apenas um no Torto, que hoje não funciona), escola pública (obtida na época para o Baú de Cima, mas que atualmente não mais funciona, por falta de alunos) e condução (até hoje não há ônibus na região).<sup>29</sup> As relações entre política e religião, como em casos anteriores e nos que ainda serão analisados, é bastante visível, assim como a importância, para o bairro, da manutenção da atividade religiosa em torno da igreja, sem a qual a organização interna e a visibilidade do próprio bairro ficam bastante comprometidas.

A missa do Baú do Centro, por sua vez, contrastava com a primeira em muitos planos, a começar pela presença de mais de 200 pessoas, num dia em que tomou posse o novo conselho comunitário local, substituindo-

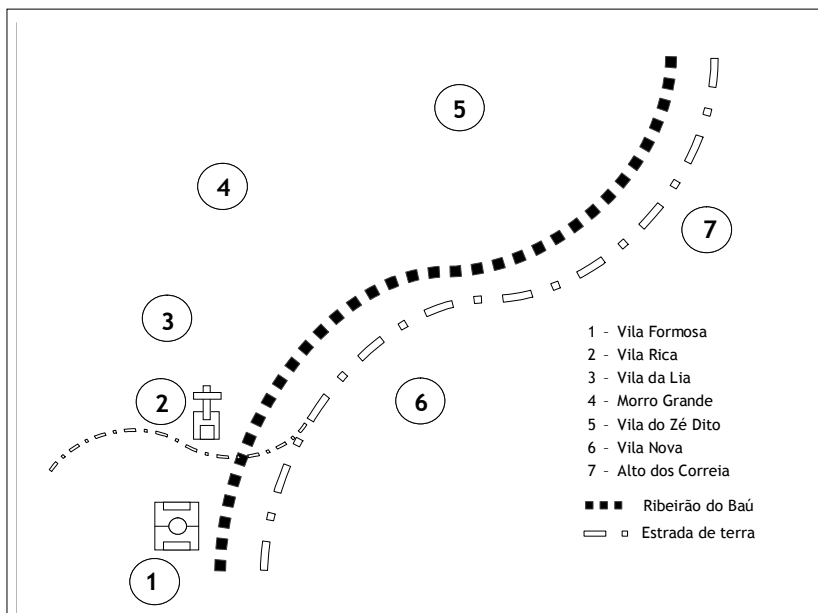
do o anterior (que ficara entre 1998 e 2006). Após a missa, Luiz Ilhéus apresentou um grande número de pessoas, que gentilmente se reuniram no salão paroquial atrás da capela: eram basicamente membros do antigo e do novo conselho comunitário local, e participantes antigos e atuais da juventude franciscana.<sup>30</sup> Confirmava-se o importante papel desempenhado por Luiz Ilhéus, em torno de quem muitas atividades do bairro efetivamente gravitam.

Outros aspectos assinaláveis foram os vários vínculos de parentesco entre os presentes naquele encontro, bem como o pertencimento dos presentes a diversos “setores” do bairro.<sup>31</sup> Pode-se dizer que o setor é uma espécie de representação nativa (e respaldada pelo poder público, como veremos adiante)<sup>32</sup> que situa localidades mais circunscritas nos bairros rurais, marcadas, ao menos no caso do Baú do Centro, pela concentração de casas cujos moradores mantêm vínculos de parentesco com referências genealógicas, ainda que, num levantamento preliminar de dois setores, sejam variáveis as dinâmicas de ramificação.<sup>33</sup>

Outro dado muito recorrente nos bairros rurais de S. Bento é a construção de várias casas num mesmo terreno, destinada aos filhos de um casal, por vezes chamadas de “aldeias”, que seriam unidades menores, e que não se confundem com os “setores”. Em entrevista com Messias Soares (cit.), casado com Silvia Helena da Cruz, constatou-se que ambos moram com um filho numa casa à beira da estrada do Morro Grande, num terreno inclinado para baixo, em cuja segunda residência (provavelmente construída anteriormente) mora o pai de Messias, José Pinto Soares (casado duas vezes, separado da primeira esposa e viúvo da segunda), seguida pela terceira (onde moram Isabel, irmã caçula de Messias, seu marido Antonio e dois filhos) e uma quarta (onde moram outra irmã de Messias, Sebastiana, seu marido Elias e dois filhos); segundo Messias, é desejável que os filhos se mudem para outro local após o casamento, mas a necessidade pode levá-los a residir na “aldeia”.<sup>34</sup>

Voltando à missa no Baú do Centro, dos três membros do conselho comunitário que naquele dia findava, Benedito J. Antonio é pai de Sebastião A. Antonio e João Rubens da Silva, todos moradores da Vila Formosa, um dos sete “setores” do bairro (nº 1, no mapa logo adiante); Paulo Anderson dos Santos, o Paulinho, atual coordenador da juventude franciscana, tem vínculos de parentesco com os já citados e também mora na Vila Formosa. Outros ali pertenciam a variados setores locais: Luiz Ilhéus à Vila Nova; Roberto Batata (um dos dirigentes do E. C. Baú) à Vila Rica; José Benedito (um dos fundadores da juventude franciscana e então ministro eucarístico), à Vila do Zé Dito (que leva seu próprio nome); Messias Donizete Soares (futuro ministro eucarístico), casado com Silvia Helena Cruz Soares (ex-participante da juventude franciscana), ambos ao Morro Grande.<sup>35</sup>

Os nomes dados aos “setores” do Baú do Centro podem variar: o Alto dos Correia, por exemplo, é também chamado de Morro dos Correia ou “Soeiro” (“onde se vê o sol se pôr”); às vezes há menções nativas a locais que abrangem mais de um “setor”, como no caso do Vale ou Vargem, que engloba a área onde ficam o campo, a escola e a igreja (numa várzea próxima ao riacho, praticamente o “centro” do bairro), abarcando, no caso, três “setores” (Vilas Formosa, Rica e da Lia).



Mapa dos setores do Baú do Centro<sup>36</sup>

Embora isso exigisse mais investigação, é plausível a hipótese de que, se nas relações entre os bairros estudados a intermediação da igreja é de fundamental importância, no plano interno ao bairro (tendo-se em vista o caso do Baú do Centro), as relações entre os “setores” é vital, dado que situam a proeminência de certas famílias locais (contanto que seus membros estejam articulados com a igreja), mesmo que em ambos os casos (relação entre bairros ou entre setores) isso não constitua, necessariamente, o único princípio relacional. O próprio potencial de coesão comunitária local depende da forma como os vários “setores” e seus representantes são efetivamente incorporados. Um exemplo disso é o fato

de que o então futuro ministro eucarístico do bairro, Messias Soares (já mencionado, com experiência anterior em Santo Antonio do Pinhal e significativo conhecimento das redes de relações locais) morasse no Morro Grande, uma localidade com casas mais esparsas que a área situada no vale, abrangendo 18 residências, que no passado teria contado inclusive com um comércio local, antes dos sucessivos ciclos de êxodo rural que atingem toda a região.<sup>37</sup>

Se as relações entre o Baú do Centro e o Baú de Cima revelam, pelos tópicos até aqui expostos, uma hierarquia do primeiro sobre o segundo, as do Baú do Centro com o Torto pautam-se, antes de tudo, por certa rivalidade, como já vimos na tentativa da juventude franciscana de criar o nome “Baú do Torto”, que repercutiu negativamente entre os últimos. Em outras falas de moradores do Baú do Centro, há menções a disputas acirradas entre os bairros no futebol, que várias vezes culminaram em brigas (ainda mais porque “o E. C. Baú quase sempre ganha”);<sup>38</sup> há também certa visão pejorativa atribuída ao próprio nome do bairro,<sup>39</sup> ou a de que o Torto seria “um bairro mais caipira”.<sup>40</sup>

Pelo que foi possível reconstituir etnograficamente, assim como Luiz Ilhéus teve um papel central na construção comunitária do Baú do Centro, no Torto tal papel teria sido desempenhado inicialmente pela Profa. Zoraide Pereira Barbosa, transferida para o bairro no início dos anos 1980, quando realizou um trabalho concomitante de recrutamento de crianças para a escola pública e para a catequese, solicitando à paróquia de São Bento que fizesse na escola as primeiras missas. Ela ajudou posteriormente a organizar festas religiosas, cujos fundos foram empregados na construção da igreja local. Noróide, seu marido, era na época vereador do município, o que teria auxiliado no desenvolvimento do bairro. Quatro anos mais tarde, o casal deixou o local, aparentemente após grupos políticos de São Bento acusarem-nos de “politicagem” em benefício do marido.

Segundo entrevistados, a principal contribuição da professora teria sido na formação de uma espécie de identidade positiva dos moradores com o Torto, incluindo o registro de nascimentos no próprio bairro (e não no Baú de Centro, como era de costume). Tais práticas teriam interferido no perfil local, que passou a adquirir maior visibilidade e potencial organizativo, já que anteriormente se encontrava desarticulado, sem igreja, sem iluminação elétrica, e que dependia bastante do Baú do Centro. Passou-se então a concorrer, de forma mais efetiva, por benefícios e serviços públicos.

Outro dado significativo é que a atual ministra eucarística do Torto, Tereza Neide Salgado, que já morou em São José dos Campos e retornou ao bairro depois de aposentada, está tentando criar uma nova comunidade religiosa, a de N. Sra. das Graças, da qual é devota (por enquanto formada, em sua maioria, por moradores de S. José, aposentados ou siantes de fim de semana). O plano incluiu a construção de uma igreja e de um salão de grande porte, numa área situada entre o Baú Velho e o Baú de Centro, num terreno que já teria sido doado por sua família, para a pretendida utilização pela população de quatro bairros: Torto, Baú de Cima, Baú do Centro e Baú Velho – cujo projeto contaria, a princípio, com certo apoio do pároco de São Bento. Caberia investigar qual a base social e comunitária mais precisa de tal intento, já que Neide não poderia concretizá-lo mantendo-se ministra eucarística do Torto, bairro com o qual mantém no momento uma relação ambígua, pois se queixa frequentemente da pouca participação da comunidade e de sua acomodação, embora alguns moradores reclamem justamente de tal cobrança tão recorrente.

Um evento posterior chamou a atenção, ainda no caso do Torto, para outras forças políticas em curso no bairro, além da organização comunitária religiosa propriamente dita. Isso partiu de uma iniciativa de Wal-



dir Aparecido dos Santos, morador que trabalha na prefeitura e que, aos finais de semana, é caseiro de um sítio cujo dono é paulistano. Presidente de uma associação de amigos de bairro local (da qual participa a citada ministra eucarística Neide Salgado), voltada à obtenção de mais benefícios para o bairro, teria diagnosticado que o “Torto de Baixo”, área em torno da região da igreja, onde mora a maior parte da população, possui melhor estrutura e serviços, ao contrário da maior precariedade observada no “Torto de Cima”, região a dois quilômetros de distância, na qual Waldir reside. Sua estratégia política foi articular uma lista de abaixo-assinados (sob a acusação ter sido fraudada) com mais de 50 participantes, defendendo a mudança do nome Torto para Bairro dos Onofres (aparentemente homenageando uma das mais antigas famílias locais, e defendendo um nome não pejorativo para o local), que surpreendentemente foi aceita pela Câmara Municipal de São Bento e oficializada como novo nome para o bairro.

Moradores insatisfeitos e não consultados sobre tal decisão organizaram-se em seguida, em torno de Nélia de Paula Salgado dos Santos, ligada à comunidade religiosa local (é cunhada de Reinaldo Raimundo Rodrigues, que já foi ministro eucarístico), que obteve um abaixo-assinado com o dobro de assinaturas do anterior, requisitando a volta ao antigo nome, utilizando inclusive um argumento de Luiz Ilhéus, de que Torto viria do nome Tertuliano, fundador original do bairro no séc. XIX.<sup>41</sup> Houve então uma grande pressão de moradores junto à Câmara Municipal para revogar a lei e manter o nome original, cuja negociação culminou, em março de 2006, na revogação pretendida e numa espécie de setorização do Torto (semelhante à que existe no Baú do Centro, mas provavelmente sem a mesma circunscrição em termos de grupos de parentesco), com a criação da Vila dos Onofres (que corresponde à parte do “Torto de Cima”) e de um outro setor, ainda sem nome (abrangendo

o “Torto de Baixo”). Se a organização comunitária em torno do Torto predominou, o grupo ligado a Waldir, no entanto, não deixou de se beneficiar com a visibilidade obtida pela setorização.

Os dados etnográficos coletados a respeito desse último bairro revelam dinâmicas a princípio um pouco distintas das observadas no Baú do Centro, com relação tanto à precariedade de sua coesão interna (que a organização comunitária religiosa parece não conseguir controlar) quanto a projetos particulares de uma certa hegemonia de caráter comunitário e religioso (ainda que com desdobramentos muito incertos). Isso talvez explique o porquê das relações um tanto quanto ásperas entre o Baú do Centro e o Torto, no campo das assim chamadas “políticas de santo”.

### **“Vigilantes do meio ambiente”: práticas e representações da juventude franciscana em torno do ribeirão Baú**

Os contatos e entrevistas com Luiz Ilhéus,<sup>42</sup> bem como as leituras de uma década do informativo *Jufra-Fala* foram os pontos de partida para as considerações que se seguem. A juventude franciscana nasceu no Baú do Centro em 1987, através de um grupo de jovens que tinha aulas de violão com Luiz Ilhéus, e que sob sua liderança decidiu articular uma atuação comunitária local, a partir de vinculações instáveis com a própria igreja, dado que não houve apoio inicial da paróquia de São Bento,<sup>43</sup> o que os levou a integrarem-se apenas informalmente na pastoral vocacional da paróquia de S. Bento (entre 1989 e 1992), mas dentro das regras paralelamente definidas pela Ordem Franciscana Secular (O.F.S.) de Campos do Jordão.<sup>44</sup>

Uma ação inicial e permanente de grande visibilidade de tal grupo, confirmada por vários moradores e com forte repercussão até hoje, foi o

combate ao alcoolismo, personificado com a criação da CAALA – Campanha Anti-Álcool Liberais Anônimos.<sup>45</sup> Outra ação social de significativa visibilidade diz respeito às práticas locais em torno do ribeirão Baú, articuladas pelos “vigilantes do meio ambiente” da juventude franciscana. Importante constar que, em diversos textos do informativo, a ação dos “vigilantes” se volta tanto para combater o alcoolismo quanto os problemas de poluição do riacho, sendo o “meio ambiente”, assim, ressignificado numa representação nativa peculiar.

Boa parte da ação ecológica do grupo baseia-se na liderança desempenhada por Luiz Ilhéus, incluindo seu significativo estoque de memórias sobre a paisagem local. Decorrente disso, o grupo tem como referência simbólica o próprio São Francisco de Assis, visto como “sinal de Deus na harmonia da natureza”, ou, mais recentemente, o valor sagrado da própria água, tema de campanha da fraternidade da Igreja Católica em 2004, isso sem falar da consagração da natureza local, presente em inúmeras poesias e letras de músicas compostas pelo mesmo.<sup>46</sup>

A ação mais efetiva da juventude franciscana – que no seu período mais ativo teria contado com a participação de aproximadamente 40 pessoas (*Informativo Paroquial S. Bento*, nov.-dez. 2005, p. 3) – ocorreu em 1990, nos já mencionados mutirões para retirar diversos entulhos em vários trechos do ribeirão Baú. Nas memórias de Luiz Ilhéus e de outros antigos moradores, há menções à existência anterior de um rio mais volumoso, onde se chegou até a pescar peixes de maior porte, como dourados, embora desde os meados dos anos 70 não houvesse mais peixes. Os mutirões também ocorreram no Baú de Cima, e depois se ampliaram numa campanha junto a serrarias situadas ao longo do riacho em todo o vale do Baú, engajando-os para que não despejassem pó de serra no mesmo. Nessa época, a juventude franciscana também tomou parte de uma ação mais ampla contra uma mineradora que poluía o córrego Torto (afluente do ribeirão Baú) com resíduos de argila e querosene, cuja prática

teria sido proibida pelo Ibama. Trata-se, assim, de uma ação que extrapolou significativamente as fronteiras do Baú do Centro, cuja abrangência não mais se repetiu, mas que se fixou na memória local.<sup>47</sup>

Como o informativo teve início em 1995, tais ações não foram mencionadas enquanto efetivamente ocorriam, tendo aparecido de forma fragmentada em diversos escritos e reconstituídas através da presente pesquisa. Cabe frisar, de todo modo, que tal campanha passou a caracterizar um dos marcos da juventude franciscana local, embora posteriormente não tenha havido, como já dito, outra intervenção da mesma magnitude. Tudo indica que o grupo tenha se reduzido ao longo dos anos posteriores, não só em decorrência de um dado estrutural – o envelhecimento ou casamento dos participantes<sup>48</sup> –, mas pela própria diminuição posterior do ritmo de adesões.

De qualquer maneira, o informativo *Jufra-Fala* auxilia a manter tal memória, além de apontar, ao longo dos anos, para problemas de natureza ambiental que merecem atenção ou envolvimento da comunidade, como a diminuição gradativa do volume do rio, decorrente de um conjunto de fatores, como o desmatamento dos mananciais para plantações, roças e pastos, levando à desaparecimento gradativa de dezenas de minas d’água; o acúmulo de lixo, principalmente plásticos de supermercado (jogados por turistas ou pela população local e levados pelo vento ou pela chuva ao riacho), denominados “lixo atômico”, que se tornam “hidro-fantasmas” para os peixes; a denúncia de doenças causadas por um rato do banhado, surgido nas redes de esgoto a céu aberto do rio Sapucaí Mirim (onde deságua o ribeirão Baú); uma pesquisa apontando que por volta de 500 residências jogam esgoto no riacho (entre a nascente, um pouco acima do Baú de Cima, e o bairro do Rodeio, já divisa com Sapucaí Mirim/MG); a menção à necessidade de um projeto de implantação de fossa séptica ou negra nos domicílios (com filtro que retém até 70% da poluição), para buscar despoluir o ribeirão.<sup>49</sup>

Em 2000, dez anos após o mutirão constantemente rememorado, houve um outro evento de expressão no Baú do Centro, desta vez com repercussão mais ampla devido à mídia, graças ao papel desempenhado pela Profa. Maria Bernardete da Costa Prado – que tivera participação, em 1990, na luta contra a já citada mineradora<sup>50</sup> –, com ajuda, entre os alunos da escola pública local, de membros do “Jufrinha Mirim”, participantes infantis da juventude franciscana. Tudo começou com uma campanha pela limpeza do bairro, iniciada na instituição escolar, que incluiu a limpeza da sujeira acumulada no campo de futebol, ao lado do riacho, através de uma gincana com os estudantes, além da plantação de mudas de árvore para a reconstituição da mata ciliar. Nessa época, a equipe do programa Globo Rural (Rede Globo de Televisão) – que completava vinte anos e vinha fazendo algumas matérias especiais sobre temas ecológicos – foi contatada e visitou a escola, cujos alunos, sob a coordenação da Profa. Bernardete, encenaram uma pequena peça teatral reconstituindo a limpeza realizada no campo, que finalizou com um canto dos mesmos, à beira do ribeirão.<sup>51</sup> Tal evento foi razoavelmente citado nos contatos e entrevistas com moradores do bairro, integrando a memória local.

Tem-se, assim, práticas episódicas, inauguradas pelo mutirão da juventude franciscana, despertando a comunidade local para questões ecológicas e de fundo religioso em torno do ribeirão, seguidas pelo evento na escola gravado pela TV, que de certa forma deu continuidade à mesma questão, ambos constituindo os principais marcos da memória local (sendo que, em algumas falas, ambos os eventos se embaralham cronologicamente). No informativo *Jufra-Fala*, o mutirão como evento originário conferiu à juventude franciscana uma certa marca identitária de “vigilante do meio ambiente” constantemente rememorada, como uma espécie de chamamento a novas práticas na mesma direção, embora não haja indícios de práticas efetivamente regulares. Na fala de alguns dos

ex-participantes que ainda moram no bairro, há ênfase no papel dos primeiros integrantes da juventude franciscana, buscando alterar hábitos então enraizados pela população de jogar lixo no riacho, bem como também evitar queimadas através do “amor pelo mato”,<sup>52</sup> além da já mencionada participação na denúncia dos estragos produzidos por uma mineradora das cercanias.

Mais recentemente, entretanto, a juventude franciscana propriamente dita tem um tamanho mais reduzido (por volta de 12 participantes) e volta-se para um papel mais direcionado a outras práticas religiosas, como ajuda nas várias atividades da Semana Santa, determinadas vigílias noturnas com rezas do terço, compra de remédio para pessoas carentes do bairro com parte do dízimo, ajuda na promoção do bingo etc.<sup>53</sup> Uma hipótese plausível é que o reconhecimento e interlocução recentes da paróquia com relação a tal grupo podem tê-lo levado a ser incorporado pelo conselho comunitário local. Para exemplificar o espírito que move a atual Jufra, Paulinho, seu coordenador, mostrou com orgulho um cruzeiro de madeira num morro em frente à igreja, por ele construído após o estrago do anterior, que ficava embaixo de uma paineira, bem próximo à capela.<sup>54</sup> Trata-se de uma intervenção na paisagem no sentido do reforço da dimensão sagrada, embora numa chave talvez um pouco distinta das anteriores. Na opinião de alguns moradores, há um papel evidentemente menos combativo e abrangente, tendo em vista o grupo original, embora certas referências na memória local estejam fixadas e possam nortear futuras práticas.

## Considerações finais

Esses últimos comentários têm um caráter provisório, resultantes do confronto entre duas etnografias, em duas conjunturas distintas de um

mesmo contexto, através do qual se pretende enfrentar o tema das fronteiras entre o urbano e o rural.

Na investigação inicial, foi priorizado um olhar sobre um conjunto de atores sociais vindo de experiências urbanas em outros contextos e que, articulados com setores da elite local, tentaram definir uma espécie de agenda de longo prazo para o desenvolvimento do município, com ênfase então na dimensão turística e, em menor proporção, no meio ambiente, o que levava, paradoxalmente, a uma tentativa de não apenas disciplinar o desenvolvimento urbano local, mas por vezes, de coibir o mesmo, em virtude do interesse central de se preservar a paisagem local como mercadoria turística ou patrimônio ambiental. Na esfera política então reconstituída, tais posições encontravam-se visíveis e articuladas, ao contrário das demandas locais, então mais fragmentadas. Desse ponto de vista, muitas vezes a população local era vista como um grupo sem projeto, sem perspectivas, dependente do poder da Igreja Católica e sem a capacidade de qualquer visão preservacionista ou ecológica. Pode-se dizer, de certo modo, que tal esfera teria traduzido, politicamente, a tentativa de um tipo específico de hegemonia urbana sobre o município – dadas as trajetórias de vida de tais atores em contextos metropolitanos ou urbanos e o modo como articulam certas estratégias para a realização de seus interesses –, sem que isso resultasse, como já foi dito, propriamente num projeto de urbanização, mas talvez de controle da urbanização.

A pesquisa posterior teve como ponto de partida a constatação de uma razoável dissolução dessa conjuntura política, ainda que no plano do poder executivo local tenha se reproduzido uma outra modalidade de estratégia por parte de grupos “de fora” do município, que calculadamente deram “voz” a uma demanda local – empregos numa fábrica ou indústria local – apenas para obter vitória eleitoral, com posterior abandono comprovado da promessa.

O plano local de São Bento exigia, de todo modo, um aprofundamento etnográfico de suas especificidades, o que levou à investigação de dimensões significativas dos bairros rurais (que abrangem a maioria da população), ou sua dimensão rural, evitando obviamente tratá-la como algo homogêneo,<sup>55</sup> ainda que certas características comuns possam ser traçadas. No caso do Baú do Centro, há diversas representações nativas no informativo *Jufra-Fala* sobre tal condição, como “somos uma comunidade rural” ou “há um êxodo rural”, e, sobretudo, “*o mundo rural também mudou seus sistemas*”.<sup>56</sup> Em contraponto, a cidade é apresentada ora como necessidade, ora como ilusão, um espaço de anonimato e degradação que expõe os jovens à violência, ao banditismo e aos vícios.<sup>57</sup>

Aspectos dessa dimensão já haviam se revelado durante a primeira investigação, no modo da população local situar territorialmente tais bairros ou nas demandas de políticas de intervenção, e principalmente no modo como formulam, de seus pontos de vista, certas formas de preservação da natureza ou paisagem local.

Vimos, com base nesse estudo realizado num bairro rural específico – Baú do Centro – e nas suas relações com dois bairros vizinhos – Baú de Cima e Torto –, que ali predomina um outro tipo de prática política – a “política de santo” –, que envolve formas específicas de articulações entre setores ou localidades mais circunscritas do bairro (marcados pela concentração de casas cujos moradores são fortemente marcados por vínculos de parentesco), através da mediação da vida comunitária fornecida pela Igreja Católica. Isso também ajuda a estabelecer o tipo de relação de tais moradores com outros bairros vizinhos, que por vezes pode ser de englobamento hierárquico,<sup>58</sup> como ocorre entre o Baú do Centro e o Baú de Cima (dado o primeiro ser mais populoso, e com um conjunto de relações mais forte que o segundo) ou então de rivalidade, como no caso dos vínculos entre o Baú do Centro e o Torto (sendo esse último bairro revelador, como vimos, de outras formas de relação entre



setores ou localidades internas, ou mesmo entre projetos locais vinculados ou não à igreja).

Se a organização interna desses bairros e as que ocorrem entre os mesmos revela certas diferenças com relação ao universo inicialmente pesquisado, sobretudo quanto a modos específicos de apropriação do espaço, a pesquisa sobre a construção de uma prática e uma representação ambiental peculiares por parte da juventude franciscana (nas quais predomina uma dimensão religiosa) interpela a idéia de que as populações rurais não tenham a capacidade prática de uma ecologia nativa, ainda que a mesma enfrente uma série de dificuldades para sua concretização. Chegamos aqui à constatação de uma leitura local peculiar de um tema ou dimensão mais abrangente (Sahlins, 1990[1987] e 2008[1981]), revelador do modo específico como tal mundo rural se moderniza à sua maneira.

Se a esfera anteriormente pesquisada revelava, em síntese, uma hegemonia urbana que paradoxalmente busca controlar a urbanização local, o contexto posteriormente pesquisado evidencia uma dimensão rural que, de modo geral, procura reproduzir-se com base numa organização comunitária religiosa, empenhada em incorporar seletivamente os termos de tal modernização (incluindo a questão da preservação da natureza), com certas demandas pontuais de urbanização (principalmente equipamentos urbanos coletivos básicos) pouco atendidas (pelos recursos escassos, pela ausência de estratégias políticas mais eficazes, ou pelas próprias ressalvas ambientais já mencionadas).

De um outro ponto de vista, poder-se-ia falar “num campo de contrapontos e entrechoques entre o *urbano* e o *rural*, pólos em relação que envolvem desigualdades e assimetrias, atravessados por processos em andamento, *cujos embates não levam necessariamente ao fim dessa polaridade, mas à contínua redefinição de ambos* (Frúgoli Jr., 2008, p. 183).<sup>59</sup>

Desse modo, em São Bento é possível ver, do ponto de vista tipológico, diferenças, oposições e conflitos entre os mundos rural e urbano, pois se na realidade concreta tais fenômenos estão bastante entrelaçados, uma observação mais detida revela dimensões distintas que pouco dialogam entre si, o que exige, do ponto de vista antropológico, mais investigações para delimitações precisas de todos os contornos de tais fronteiras conflituosas, nesse e em outros casos similares.

## Notas

- <sup>1</sup> O presente texto é uma versão, com modificações, de *paper* apresentado no 30º Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2006, no GT “Ruralidade contemporânea: desafios e perspectivas”. Trata-se de tema inicialmente abordado numa etnografia de curtíssimo prazo em Beuningen, Holanda (Frúgoli Jr., 2003), seguido de pesquisa na cidade de São Bento do Sapucaí/SP, com bolsa produtividade do CNPq (2005-2007); detalhes de outro resultado parcial e anterior podem ser vistos em Frúgoli Jr. (2006); as etnografias dos bairros do Baú do Centro, Baú de Cima e Torto foram realizadas por Heitor Frúgoli Jr. e Enrico Spaggiari (na época, bolsista PIBIC/USP/CNPq). Nossos agradecimentos a todos os entrevistados, que gentilmente nos auxiliaram durante a pesquisa, às sugestões de Edílson Pereira, ao auxílio de Selmo Norte e Jessie Sklair e aos preciosos comentários de Renata Paoliello.
- <sup>2</sup> Para um balanço de tal debate na antropologia urbana, cf. Frúgoli Jr. (2003); para um enfoque inicial sobre o tema da ruralidade contemporânea, cf. Carneiro (2001; 2005).
- <sup>3</sup> Referimo-nos aos que possuem um *background* urbano, que informa muito de suas atuais experiências; baseamo-nos também nas distinções entre “de dentro” e “de fora” estabelecidas por Elias & Scotson (2000[1965]), embora numa configuração de poder praticamente inversa àquela estudada por ambos.
- <sup>4</sup> Para mais detalhes, ver Frúgoli Jr. (2006).
- <sup>5</sup> Para uma abordagem já clássica sobre as relações entre pesquisa e política, cf. Durham (2004[1986]).

- <sup>6</sup> Coletâneas recentes têm abordado vários dos temas mencionados, como Leite (2005) e VÍctora et al. (2004).
- <sup>7</sup> A pesquisa foi retomada com uma bolsa produtividade do CNPq; sobre relações entre conjuntura e estrutura, cf. Sahlins (1990[1987] e 2008[1981]).
- <sup>8</sup> Além disso, o então prefeito Geraldo Dias, que gozava de certa popularidade, não concorreu.
- <sup>9</sup> Grupo que eu apenas episodicamente contatara.
- <sup>10</sup> Em entrevista com alunos da escola estadual Dr. Genésio Cândido Pereira (13 out. 2005), foi possível confirmar um significativo envolvimento de jovens (que se queixaram muito da falta de perspectivas na cidade) na campanha do candidato Osmar Merise (PFL), ligada a um misto de crença ou entusiasmo frente à promessa de mais empregos com o pagamento pela participação na campanha (alguns disseram ter recebido R\$ 10,00 por dia de trabalho de panfletagem, enquanto outros afirmaram receber por quantidade de folheto efetivamente distribuído, havendo dias em que só se obtinha, por exemplo, R\$ 1,00). Tal campanha foi mais intensiva e de mais longo prazo que a dos demais concorrentes. Segundo a diretora dessa escola, Maria Helena, uma hipótese plausível é a de que os jovens tenham rompido com uma certa lógica recorrente em muitos lares de São Bento: a decisão do voto de toda a família pelo pai (entrevista em 2 out. 2005).
- <sup>11</sup> Dentre os inúmeros contatos realizados, foram feitas entrevistas mais detidas a respeito com Márcia Maria Azevedo, ex-Secretária de Turismo de S. Bento, hoje trabalhando numa loja na qual é sócia com a irmã (29 set. 2005); Fátima Tamashiro, ex-Diretora das Escolas Municipalizadas do Ensino Fundamental de S. Bento, hoje trabalhando em Sapucaí Mirim/MG (30 set. 2005); Hermes Rodrigues Nery, ex-editor e jornalista responsável pelo jornal Comunidade São Bento, hoje trabalhando como jornalista da Câmara Municipal de S. Bento (1 out. 2005); Francisco Maria Pires Teixeira, professor e escritor e membro da AmaSãoBento (2 out. 2005); Maristela Kersul, ex-assessora do convênio entre a gestão local anterior e a Oficina Municipal para a tentativa de implantação do Plano Diretor no município, hoje desempregada e residindo novamente em São Paulo (16 fev. 2006). A mudança de atividade empregatícia de todos os citados (com exceção de Francisco) dá uma idéia nas alterações havidas no quadro político-institucional local.
- <sup>12</sup> Cf. mais detalhes em Frúgoli Jr. (2006).
- <sup>13</sup> Ocorrida em 12 out. 2005.

- <sup>14</sup> Dentre as atividades de arrecadação mencionadas, algumas ocorrem também em dias anteriores à procissão e constituem o alicerce econômico das festas. Apenas para dar uma idéia, as festas do padroeiro São Bento (2 a 11 jul. 2005) e de N. Sra. dos Remédios (6 a 16 ago. 2005) renderam à igreja um total de R\$ 52.252,12 (já descontadas as despesas, seguindo dados obtidos no Informativo Paroquial S. Bento, nov.-dez. 2005, p. 8). De modo geral, a paróquia de S. Bento estabelece que os gastos com as festas não podem exceder 40% do faturamento (segundo entrevista com João Rubens da Silva, ex-integrante do Conselho Comunitário do bairro do Baú do Centro, em 18 mar. 2006).
- <sup>15</sup> Geraldo Dias foi enforcado no depósito de materiais de construção de sua propriedade, em 30 nov. 2007 (*O Globo*, 30 nov. 2007). O assassinato e suas circunstâncias criaram uma fortíssima comoção na cidade.
- <sup>16</sup> Em geral é um casal do bairro, com certas posses e um razoável capital relacional que assume a coordenação de uma festa religiosa. No caso do Serrano, entretanto, padre Ronaldo relatou que uma festeira roubara o dinheiro arrecadado e ainda cobrara supostos prejuízos da igreja (e depois de tal “lambança”, teria ainda se tornado evangélica (...), o que levou à suspensão do evento por um tempo, até que o mesmo retornasse sob controle do conselho comunitário local.
- <sup>17</sup> A quantidade de bezerras leiloada depende do prestígio da festa. Na presente, cinco o foram, com lances iniciais de R\$ 200, 50, 100, 100 e 200, tendo sido arrematados por respectivamente R\$ 240, 150, 200, 160 e 320, com um intenso e repetitivo trabalho do leiloeiro (que quase foi chifrado pelo primeiro bezerro leiloado); o pagamento pode ser feito à vista (com 5% de desconto), em 30 dias ou em nota promissória; há um certo número, já previsto, de calotes (para uma interessante abordagem sobre formas de reciprocidade em torno da matança do gado e preparação de alimentos para redistribuição no pampa argentino, cf. Ratier, 2004).
- <sup>18</sup> Nesse caso as falas dos agentes cujos contatos foram retomados passaram a ganhar quase que “vida própria”, mas conduziam a questões políticas que efetivamente não constituíam o horizonte da pesquisa.
- <sup>19</sup> Associação dos Moradores e Amigos de São Bento do Sapucaí, formada inicialmente por residentes do bairro do Paiol Grande, na maior parte, “de fora”, com segunda residência no local (cf. mais detalhes em Frúgoli Jr., 2006).
- <sup>20</sup> Inspiramo-nos em expressão cunhada por Rosane Prado (2003), em estudo sobre impactos locais da implantação de práticas de “ecoturismo” em Ilha Grande/RJ.

- <sup>21</sup> Ver Foto 1, ao final.
- <sup>22</sup> Cf. mais detalhes em Frúgoli Jr. (2006).
- <sup>23</sup> Ver Foto 2, ao final.
- <sup>24</sup> Principalmente porque não possui uma liderança comunitária que crie condições para a construção dos mesmos (cf. entrevista com Messias Donizete Soares, morador do Morro Grande (setor do Baú do Centro) e, posteriormente, ministro eucarístico local, em 18 mar. 2006).
- <sup>25</sup> Dados extraídos da Prefeitura Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí (2003, p. 10).
- <sup>26</sup> As missas são mensais em virtude do grande número de igrejas nos diversos bairros rurais do município. Na ausência do padre, um ritual parcialmente similar é celebrado pelo ministro eucarístico local.
- <sup>27</sup> Dados levantados nos informativos *Jufra-Fala*, ano 5, n. 29, set.-out. 2000 (no qual a festa de Santa Cruz é apresentada como uma “misselândia cultural”, por irmanar as três comunidades), ano 6, n. 32, mar.-abr. 2001 e ano 8, n. 47, set.-out. 2003, além de informações obtidas em campo.
- <sup>28</sup> Etnografia realizada em 19 fev. 2006.
- <sup>29</sup> Raimundo concorreu na época à reeleição, mas foi derrotado e suspeita que houve fraude, que teria sido feita a mando do então prefeito, conhecido então pela prática recorrente da corrupção.
- <sup>30</sup> Vários dos quais também envolvidos com o time local, o E. C. Baú, de aproximadamente 86 anos, cujos vínculos entre futebol, religião e parentesco foram pesquisados por Spaggiari (2008).
- <sup>31</sup> Para uma breve reconstituição das relações de parentesco de Ditinho Joana, morador do bairro do Quilombo, em S. Bento, cf. Frúgoli Jr. (2006).
- <sup>32</sup> Caberia ainda aprofundar a extensão de tal categoria nativa, pois alguns entrevistados referem-se a tais locais, sem necessariamente nomeá-los dessa forma.
- <sup>33</sup> Foram recenseados dois setores locais, Vila Formosa e Vila Nova, respectivamente com 10 e 15 casas, e 72 e 73 habitantes, reconstituindo as relações de parentesco, para eventuais aprofundamentos.
- <sup>34</sup> Sobre as diversas dinâmicas do parentesco e da casa no mundo rural, em que as relações entre redes de parentesco e território exigem diversas mediações, cf. Paoliello (1992); Pietrafesa de Godoi (1999); Mello & Vogel (2004); para uma

abordagem abrangente sobre redes de parentesco no contexto urbano, cf. Agier (1990 e 1998).

- <sup>35</sup> Praticamente todos os setores estavam representados no conselho comunitário.
- <sup>36</sup> Feito a partir de um esboço desenhado por Luiz Ilhéus.
- <sup>37</sup> Segundo Messias, a maioria que deixou o bairro moraria hoje em favelas de Campos do Jordão.
- <sup>38</sup> Segundo entrevista com Paulo Anderson dos Santos, atual coordenador da juventude franciscana local e jogador do E. C. Baú (19 fev. 2006).
- <sup>39</sup> Segundo alguns, a origem do nome viria de uma jabuticabeira próxima à igreja local, com um tronco entortado (versão contestada por Luiz Ilhéus, cf. *Jufra-Fala*, ano 4, n. 19, jan.-fev. 1999).
- <sup>40</sup> Messias Soares argumenta que muitos moradores do Baú do Centro pensam assim (cit.).
- <sup>41</sup> Segundo Luiz Ilhéus, o bairro do Torto teria sido fundado por um paraguaio com o nome acima citado, e crescido como um aglomerado de paraguaios, tupi-guaranis e negros, com descendentes cujas ramificações chegariam até determinadas famílias do Baú do Centro (*Jufra-Fala*, ano 4, n. 21, maio-jun. 1999).
- <sup>42</sup> Realizadas durante diversas vezes que estivemos com o mesmo entre 2003 e 2006.
- <sup>43</sup> Uma hipótese para tal falta de apoio seria uma possível reação ao crescimento local da Renovação Carismática entre os jovens na época, o que também despertava resistência por parte dos pais (cf. *Jufra-Fala*, ano 4, n. 19, jan.-fev. 1999); outra hipótese diz respeito a possíveis conflitos entre a ordens paroquial e franciscana.
- <sup>44</sup> Reconstituição com base nos informativos *Jufra-Fala*, ano 4, n. 19, jan.-fev. 1999 e ano 8, n. 44, mar.-abr. 2003; apenas em 2003 a juventude franciscana local passou a se reunir com o pároco de S. Bento.
- <sup>45</sup> Isso foi ressaltado até por Nadir Pereira da Cruz (entrevistada em 17 fev. 2006), participante da juventude franciscana em seu surgimento (chegou a mostrar o caderno com as lições de música de Luiz Ilhéus), que tinha há três anos um botequim situado ao lado da igreja e em frente ao campo de futebol, bastante freqüentado pelo público masculino, cujo consumo de bebidas alcoólicas é significativo. Nas rodas formadas em tal bar, chegamos a Chiquinho, também ex-participante da juventude franciscana, por meio da qual conheceu sua esposa, e que hoje mora e trabalha no bairro do Paiol. Tal como Nadir, trabalhou na campanha de limpeza

do rio, mas começou ressaltando a luta contra o alcoolismo (também afirmando que “é preciso evitar a pinga, mas a ‘língua solta’ é pior”).

<sup>46</sup> No *Jufra-Fala*, ano 5, n. 27, maio-jun. 2000 há um breve relato de um incêndio do balão feito provavelmente pela família Fracalanza, de Campos do Jordão, que causou um incêndio na região da Pedra do Baú em 24 jun. 1939, com prejuízos à mata, às fontes, aos animais silvestres, a várias lavouras; uma das supostas seqüelas teria sido a perda do musgo em torno da pedra.

<sup>47</sup> Com base nas entrevistas com todos os já citados ex-participantes da juventude franciscana.

<sup>48</sup> Há menções recorrentes no *Jufra-Fala* à despedida de mulheres do grupo, logo após o casamento das mesmas, com muitas delas mudando inclusive de bairro, cabendo averiguar o que ocorre, no mesmo sentido, com o universo masculino.

<sup>49</sup> Tais tópicos foram reconstituídos a partir de fragmentos de vários números do informativo *Jufra-Fala*.

<sup>50</sup> Em 1990, ela concedeu entrevista à TV denunciando a mineradora, num momento em que a população local tinha medo de se pronunciar, frente até a ameaças de morte; há relatos de que um búfalo teria chegado a morrer, depois de beber a água então poluída pela empresa (segundo entrevista concedida em 19 mar. 2006).

<sup>51</sup> Dados levantados na entrevista com a Profa. Bernardete Prado (cit.), ocasião em que foi visto o vídeo de tal reportagem.

<sup>52</sup> Cf. entrevista com Messias Soares (cit.).

<sup>53</sup> Cf. entrevista com Paulinho (cit.) e com Paulinho e alguns dos atuais participantes da juventude franciscana (18 mar. 2006).

<sup>54</sup> Cf. entrevista com Paulinho (cit.).

<sup>55</sup> Os bairros rurais locais são marcados por certa diversidade, tendo em vista, por exemplo, o que revela a dissertação de mestrado de Fortes (2004) sobre as dinâmicas socioculturais do bairro do Quilombo.

<sup>56</sup> Essa última frase foi extraída do *Jufra-Fala*, ano 9, n. 54, nov.-dez. 2004.

<sup>57</sup> Com base em trechos de distintos exemplares do *Jufra-Fala*.

<sup>58</sup> Utilizando aqui, de forma não ortodoxa, um conceito de Dumont (1992[1966]).

<sup>59</sup> Talvez se possa dizer, com inspiração no próprio Sahlins (abr. 1997), que “*se o rural está sempre desaparecendo e ressurgindo, por outro lado, as metrópoles são recorrentemente vistas como inviáveis, e muito provavelmente continuarão a sê-lo, embora sua lógica de expansão se desdobre continuamente*” (Frúgoli Jr., 2008, p. 183).

## Bibliografia

AGIER, M.

1990 “O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa avenida em Salvador da Bahia”, *Tempo Social*, USP, vol. 2(2): 35-60.

1998 “Lugares e redes: as mediações da cultura urbana”, in NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. (orgs.), *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*, Campinas, Mercado das Letras, pp. 41-63.

CANCLINI, N. G.

1997 “Urban cultures at the end of the century: the anthropological perspective”, *International Social Science Journal*, Oxford, vol. 155: 345-356.

CANDIDO, A.

2001 [1964] *Os parceiros do Rio Bonito*, São Paulo, Ed. 34/Duas Cidades.

CARNEIRO, M. J.

2001 “Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade”, Paper apresentado no II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, Campinas (datilo.).

2005 “Apresentação”, in MOREIRA, R. J. (org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, DP&A, pp. 7-13.

DUMONT, L.

1992 [1966] *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*, São Paulo, Edusp.

DURHAM, E. R.

1973 *A caminho da cidade*, São Paulo, Perspectiva.

2004 [1986] “A pesquisa antropológica com populações urbanas”, in DURHAM, E. R., *A dinâmica da cultura*, São Paulo, Cosac Naify, pp. 357-376.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L.

2000 [1965] *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.



FORTES, M. E. P.

- 2004 *Arte e festa no quilombo: processo de construção turística de um bairro rural da Mantiqueira*, Campinas, dissertação, Unicamp.

FRÚGOLI JR., H.

- 2003 “A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS/Edusc, vol. 18(52): 109-126.
- 2006 “A arena em torno do futuro Plano Diretor de São Bento do Sapucaí (SP): novos significados da relação entre cidade e campo”, in FRÚGOLI JR., H.; ANDRADE, L. T.; PEIXOTO, F. A. (orgs.), *A cidade e seus agentes: práticas e representações*, Belo Horizonte/São Paulo, Ed. PUC-Minas/Edusp, pp. 277-304.
- 2008 “Nexos simbólicos entre capital e interior paulista: reinterpretações recentes da cultura caipira”, in SETUBAL, M. A.; MARINS, P. C. G. (orgs.), *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*, São Paulo, CENPEC/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, pp. 169-186.

GIULIANI, G. M.

- 1990 “Neo ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 5(14): 59-67.

LEITE, I. B. (org.)

- 2005 *Laudos periciais antropológicos em debate*, Florianópolis, NUER/ABA.

MELLO, M. A. S.; VOGEL, A.

- 2004 *Gentes das areias. História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá, RJ – 1975 a 1995*, Niterói, EdUFF.

MOREIRA, R. J. (org.)

- 2005 *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, DP&A.

PAOLIELLO, R. M.

- 1992 *Conflitos fundiários na baixada do Ribeira: a posse como direito e estratégia de apropriação*, Campinas, dissertação, Unicamp.

PIETRAFESA DE GODOI, E.

1999 *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*, Campinas, Ed. Unicamp.

PRADO, R. M.

2003 “As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande”, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9(20): 205-224.

QUEIROZ, M. I. P.

1973 *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*, São Paulo, Livraria Duas Cidades.

RATIER, H.

2004 *Poblados bonaerenses: vida y milagros*, Buenos Aires, Nadar/La Colmena.

RAULIN, A.

2001 *Anthropologie urbaine*, Paris, Armand Colin.

SAHLINS, M.

1990 [1987] *Ilhas de história*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

1997 “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte I)”, *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, vol. 3(1): 41-73.

2008 [1981] *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

SPAGGIARI, E.

2008 “Ganhar jogo, pagar jogo e ganhar visita: prática futebolística em um bairro rural”, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14(30): 165-190.

VÍCTORA, C.; OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. (orgs.)

2004 *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*, Niterói, EdUFF.

## Outras fontes pesquisadas

*Informativo Paroquial São Bento*, Paróquia de São Bento, São Bento do Sapucaí, ano I, n. 3, nov.-dez. 2006.

*Jufrá-Fala. Caderno de informação comunitária da juventude franciscana e dos conselhos dos bairros do Baú do Centro, Baú de Cima e Torto*, São Bento do Sapucaí, ano I, n. 1, jan. 1996 a ano 10, n. 59, set.-out. 2005.

“Ex-prefeito de São Bento do Sapucaí é encontrado morto”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 30/11/2007, disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL199164-5605,00-EXPREFEITO+DE+SAO+BENTO+DO+SAPUCAI+E+ENCONTRADO+MORTO.html>>, acesso em: 24 fev. 2009.

*Plano Municipal de Educação – 2003-2013*, Prefeitura Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí, São Bento do Sapucaí, 2003.



Foto 1: Ribeirão do Baú, 2003 (Heitor Frúgoli Jr.)



Foto 2: Baú do Centro, 2003 (Heitor Frúgoli Jr.)

ABSTRACT: This paper presents some thoughts on two different (albeit connected) ethnographic experiences, inspired by distinct approaches to understanding the sociocultural context of São Bento de Sapucaí, SP (a largely rural town located in the Serra da Mantiqueira, with a population of 10,700 inhabitants). The first research project began as a consultancy activity for designing a City Management Plan, and focused on political groups defined by significant discourses and a local development agenda monopolized by recently-arrived inhabitants (or “outsiders”). In a subsequent period, the second research project focused on a series of local groups living in rural neighborhoods, with practices and representations very distinct from the previous ones – in terms of territory, kinship, religion and politics. The objective of this paper is to examine these two experiences alongside one another, emphasizing the diverse ways in which these groups construct their representations – especially in the case of “saint politics”.

KEY-WORDS: rural neighborhoods, politics, religion, rural-urban.

Recebido em março de 2009. Aceito em junho de 2009.